

DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DA CAPRINOCULTURA NO SUDOESTE PAULISTA¹

Elizabeth Alves e Nogueira²
Nilda Tereza Cardoso de Mello³

Mesmo existindo falhas de concepção e gerenciamento das políticas públicas, o governo federal vem, desde meados da década de 1990, priorizando o segmento agrícola familiar em seus programas de desenvolvimento rural, tendo criado linhas específicas de crédito e de financiamento de pesquisas temáticas. Nesse contexto, há que se destacar, também, ações dos governos estaduais e municipais que, com determinação, têm obtido resultados favoráveis ao pequeno produtor na atividade agropecuária⁴.

Um exemplo dessas políticas é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que destinou recursos para pesquisas em agricultura familiar. Na região sudoeste do Estado de São Paulo, particularmente, foram desenvolvidos estudos pelos institutos de pesquisa paulistas, cujas informações e resultados levaram à continuidade da investigação em algumas áreas, trabalhando de forma interinstitucional, multidisciplinar e em parceria com órgãos governamentais.

O enfoque principal foi sempre envolver o segmento da agricultura familiar em processos participativos para levantar problemas e soluções e propor ações que culminassem na melhoria da qualidade de vida da população rural e dos produtores familiares na região de estudo. Uma das atividades agropecuárias do Sudoeste paulista contempladas foi a caprinocultura de leite que, em parceria com a prefeitura de Itapetininga, recebeu estudos mais aprofundados com auxílio fi-

nanceiro da FAPESP⁵.

O objetivo deste artigo é apresentar uma caracterização sócio-econômica dos caprinocultores de Itapetininga e de municípios vizinhos com informações qualitativas e quantitativas; as condições de mercado e da infra-estrutura de produção da agricultura familiar, bem como as formas de organização dos criadores, com vistas a um diagnóstico sobre o potencial econômico-social da atividade.

O perfil técnico e sócio-econômico foi elaborado a partir de dados primários, levantados junto aos produtores no segundo semestre de 2002 e início de 2003, utilizando o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e o Sistema de Suporte à Elaboração de Plano Diretor Agrícola Municipal (PDAM)⁶.

Foram analisados 35 estabelecimentos preponderantemente familiares na região, sendo que 40% situam-se no município de Itapetininga, 20% em Capão Bonito, 17% em Angatuba, 11% em São Miguel Arcanjo, 9% em Campina do Monte Alegre e 3% em Alambari. Desse total predominaram aqueles de pequena área: com até 25 hectares correspondendo a 63% e responsáveis por apenas 15% da área total dos estabelecimentos rurais. Quando se consideraram os estratos de área com até 50ha, os imóveis totalizaram 77% e os maiores (23%) situaram-se no intervalo de área entre 50ha e 200ha. Observou-se pouca ociosidade da terra nas pequenas unidades agrícolas pesquisadas na região. Já os criadores com estabelecimentos de área média acima de 50ha mantinham sem uso parcela significativa de suas áreas agricultáveis.

Quanto à ocupação do solo agrícola,

¹Registrado no CCTC, IE-29/2005. Este artigo apresenta os resultados sócio-econômicos do projeto de Políticas Públicas financiado pela FAPESP.

²Engenheira Agrônoma, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: enogueira@iea.sp.gov.br).

³Economista, Mestre, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: nilmello@iea.sp.gov.br).

⁴NOGUEIRA, E. A. e; MELLO, N. T. C. de. Um caso bem sucedido: a produção de gengibre em Tapiraí, estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 31, n. 10, p. 53-59, out. 2001.

⁵FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO - FAPESP. **Caprinocultura**: pesquisas aplicadas ao desenvolvimento rural familiar da região de Itapetininga, estado de São Paulo, Brasil. São Paulo, abr. 2003. 50 p. Mimeo.

⁶MARTIN, N. B. et al. Subsídios para elaboração de plano diretor agrícola municipal. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 34-45, abr. 1998.

os dados revelaram que as pastagens representam a maior área, em torno de 73% no cômputo global. Cerca de 12,5% da área era ocupada com culturas anuais, 0,5% com culturas perenes e o restante (14%) com benfeitorias, áreas de reflorestamento, áreas inaproveitadas e inaproveitáveis.

Da área com pastagens aproximadamente 59% eram de pastos naturais, 31% de pastos formados e 2% de reformados. Os 8% restantes podem ser somados à pastagem formada, considerando que foi citado o cultivo de forrageira e/ou capineira, o que confere maior eficiência na condução técnica dos pastos. Mesmo assim, a grande parcela de pastagem natural evidencia a necessidade de melhor aproveitamento das áreas destinadas à alimentação do rebanho e, conseqüentemente, de alternativas de suplementação alimentar para os animais em produção. Na região, o município de Itapetininga, com quatorze caprinocultores entrevistados, chamou a atenção por ser responsável por 73% dos pastos formados (125ha) considerando a área global de 171,50ha. Na análise por município, esse valor para Itapetininga representa 59% de sua área total com pastos, diferenciando-se sobremaneira dos demais em termos de manejo dos mesmos.

Em algumas propriedades existia exclusivamente o rebanho caprino, sendo que em várias delas havia, também, rebanhos ovino e bovino. Foram contabilizadas 953 cabeças de caprinos nas 35 propriedades analisadas. Desse total, 63% com especialização em leite, 30% leite e carne (misto) e somente 7% em carne.

Não foi possível, na pesquisa, separar a área de pastagem por espécie pecuária explorada, o que seria bastante útil para a análise de lotação de pasto. Apenas nos minifúndios, com área de até 5ha, é que esse tipo de análise pôde ser feita, uma vez que nesses imóveis há somente rebanho de pequenos animais. Neste caso, a lotação média de pastagens situou-se em aproximadamente dezesseis cabeças de caprinos por hectare ou duas UA (unidade animal) por unidade de área, índice considerado tecnicamente razoável. A produtividade média dessas pastagens foi de 1.250 litros por ha/ano nos pequenos estabelecimentos, indicador compatível com o atual estágio da atividade na região, que pode ser elevado através da introdução de reprodutores e matrizes de genética superior e específica e de outras práticas recomendadas de manejo.

Os caprinocultores cultivavam, dentre as culturas anuais, o milho em dezoito das pro-

priedades estudadas, o feijão em oito e as demais culturas compreenderam hortaliças e, ainda, hortas domésticas em oito propriedades. O milho ocupou 75% do total de área com culturas anuais dos 35 estabelecimentos, certamente por sua importância como insumo na alimentação suplementar do rebanho animal, sendo parte comercializada juntamente com as hortaliças e o restante da produção destinado para o autoconsumo.

Com relação às criações, a caprinocultura leiteira tem grande importância para os produtores entrevistados na região. Isso pode ser evidenciado pela participação do valor da produção do leite no valor bruto total das propriedades. As pequenas unidades que produzem leite de cabra complementam também o valor da produção com atividades que ocupam pequenos espaços, como as criações de suínos e de galinhas caipiras (inclusive de ovos) e de ovos de codorna, além da venda do esterco que ocorre também nas grandes propriedades. O queijo de cabra não foi apontado como complemento de renda de nenhum dos produtores entrevistados. Infere-se, então, que é baixa a diversificação da produção, o que leva à falta de alternativa de renda complementar à propriedade e à baixa possibilidade de redução dos riscos financeiros, quando apoiada numa única atividade.

Dos 35 estabelecimentos rurais analisados, 21 deles tinham a atividade agrícola como principal fonte de renda, complementada por outras advindas de atividades urbanas, aposentadorias ou outros empregos no campo. Os demais produtores, mesmo morando e se abastecendo na zona rural, declararam outras fontes como origem da renda, como as acima enunciadas.

Foi observado baixo nível de instrução formal, sendo que eles têm no máximo até o segundo grau, com raras exceções. O nível de instrução é, em sua grande maioria, de ensino primário (43%), tendo apenas 12% concluído o ensino fundamental e 15% o curso colegial. Esses produtores exploram terras próprias empregando, predominantemente, a mão-de-obra familiar (proprietário e membros da família) residente no imóvel, a maior parte adulta e de mulheres. A força de trabalho advém, ainda, de trabalhadores residentes permanentes e de não-residentes temporários (em número bastante reduzido). A maior parte desses empregados é composta por adultos (considerado acima de 14 anos), sendo mais da metade do sexo masculino.

O imóvel rural constitui local de resi-

dência de 21 produtores, sendo que 20 destes declararam participar de todas as tarefas desenvolvidas na propriedade rural. Nos demais, oito declararam cuidar apenas da administração do imóvel e sete não participavam de nenhuma tarefa relacionada à atividade rural. O responsável pelo imóvel e condução do negócio agropecuário nem sempre é o seu proprietário. Nesta pesquisa a maioria das propriedades (24) é gerida pelos próprios proprietários; em duas delas a responsabilidade fica com membros da família; em outras duas são os arrendatários; em uma é o posseiro e nas cinco restantes essa responsabilidade é exercida por "outras categorias" de pessoas e apenas uma tem o administrador à sua frente.

O baixo grau de instrução e o gerenciamento informal da atividade, aliados à desinformação generalizada detectada, são pontos de estrangulamento no processo de tomada de decisão.

Quanto às benfeitorias específicas para a caprinocultura da região, observou-se um grande número de baias e barracões para abrigar os animais. Entretanto, é inexpressiva a existência de outras benfeitorias tecnicamente recomendadas para o correto manejo do rebanho, como as salas de ordenha manual ou mecânica, baias para cabritos, abrigo para bodes, cochos e bebedouros específicos para pequenos animais, assim como pisos com revestimento. Constatou-se também serem insuficientes as instalações que, indiretamente, auxiliam os criadores na higiene e qualidade do leite ordenhado, podendo-se citar o pequeno número de banheiros e vestiários para os funcionários, o que acarreta maiores riscos de contaminação do leite, dificulta a higienização e facilita a veiculação de microorganismos, interferindo na qualidade do produto.

Em termos da infra-estrutura que dá suporte ao emprego de tecnologia e à gestão da atividade, 29 das propriedades analisadas possuem energia elétrica instalada, dezoito têm telefone e somente uma tem computador, sendo que dez produtores declararam fazer uso da escrituração como ferramenta de organização de suas atividades, informações que, na prática, são fundamentais para o planejamento e condução bem-sucedidos da atividade.

De modo geral, em relação às máquinas e equipamentos da propriedade agrícola, registrou-se um número bastante inexpressivo. Nem mesmo aquelas mais comumente utilizadas foram encontradas de maneira significativa, com

exceção da picadeira de forragens e pulverizador costal. Chamou a atenção o número de propriedades que possuem geradores de energia (6) e eletrificador de cercas (11), que representam instrumentos modernos no manejo de pastagens e zoo-sanitário.

Quanto ao destino dado às embalagens de pesticidas e medicamentos, a grande maioria dos entrevistados procede ao enterrio ou queima. O destino do lixo em geral merece cuidado, uma vez que pode atrair moscas e outros insetos e animais vetores e/ou transmissores de diversas doenças. Finalmente, quanto ao destino dos dejetos de animais, 30% declararam deixar a céu aberto, outros 30% utilizam em cultivos de produtos e pastagens, enquanto os demais dão outro destino. Esse comportamento denota pouca preocupação dos produtores com o meio ambiente, pois, ao enterrarem as embalagens de pesticidas, por exemplo, podem provocar a poluição do lençol freático e dos rios e açudes dos quais declararam se abastecer. De acordo com Lemos Neto e Almeida⁷, a água pode se tornar um fator limitante da produção leiteira, que tem seu consumo afetado pela natureza dos alimentos, temperatura ambiente e sistema de criação.

A precária infra-estrutura e procedimentos na condução da atividade agropecuária sob análise na região sugerem que a grande maioria dos criadores tem um nível tecnológico bem aquém do desejado. O rebanho também merece cuidados mais especializados para competir no mercado.

Relatórios oriundos do PDAM permitiram calcular o valor da produção dos imóveis analisados. Os minifúndios, compreendidos entre 1ha e 5ha, alcançaram, em 2002, um valor médio mensal estimado de R\$202,00, inferior, portanto, a um salário mínimo da época. Os imóveis de 5ha a 20ha registraram um valor médio mensal de R\$915,00; entre 20ha e 60ha, esse valor foi de R\$3.170,00; entre 60ha e 100ha chegou a R\$6.575,00 e nos imóveis acima de 100ha foi de R\$18.745,00. Quando se consideram esses valores distribuídos por ha, já não há muita discrepância entre os estratos de área dos imóveis. Os menores (1ha a 5ha) apresentaram um valor médio mensal de R\$67,00 por ha; para aqueles com 5ha a 100ha esse valor variou de R\$73,00 a

⁷LEMOS NETO, M. J.; ALMEIDA, J. E. de. Levantamento da situação da caprinocultura no estado de São Paulo. *Zootecnia*, Nova Odessa, v. 31, n. 1, p. 29-46, jan./mar. 1993.

R\$82,00, sendo que nos imóveis com áreas maiores que 100ha ficou em torno de R\$125,00 por ha. Convém lembrar que nos estabelecimentos maiores predomina a atividade pecuária bovina. É importante salientar que o valor da produção estimado para a maioria das pequenas propriedades não representa renda efetiva auferida pelos produtores, levando em conta a característica familiar da região, em que o autoconsumo é usual.

A inexistência de organização no mercado de leite de cabra na região acentua a não transformação da produção em renda monetária. Tanto assim, que 53% do valor total do leite de cabra estimado pela pesquisa tornou-se renda, enquanto os 47% restantes corresponderam ao consumo nos próprios estabelecimentos rurais - consumo humano em menor proporção e dos animais jovens, até pela falta de alternativas de comercialização.

A deficiência no mercado de leite de cabra pôde ser evidenciada pela alta informalidade na venda do produto, uma vez que o leite *in natura* é comercializado diretamente ao consumidor (79%) e outros 12% da produção a intermediários. Somente os 9% restantes são entregues à indústria para pasteurização. Soma-se a isso o fato da produção ter características de períodos distintos de safra e entressafra. O leite de cabra, embora muitas vezes recomendado por sua alta digestibilidade e tolerância ao consumo humano, não apresenta níveis de qualidade organoléptica e de biossegurança adequados.

A organização da comercialização do leite e mesmo das demais atividades desenvolvidas pelos caprinocultores, principalmente dos detentores de pequeno capital (em terra e animais de produção), passa necessariamente pela organização dos próprios produtores. E nesse quesito a pesquisa evidenciou o baixo nível de participação dos criadores em órgãos de classe, associações e cooperativas. Somente 14% deles participam de alguma associação (foram citadas cinco); 11% de sindicatos de trabalhadores rurais; 6% do sindicato patronal e 3% de cooperativa. As práticas de associativismo ou de cooperativismo, significativamente restritas no meio rural e pouco adotadas pela pequena produção regional, reduzem as chances de sobrevivência da atividade e do poder de barganha do produtor para negociar melhores preços na comercialização.

Somente cinco dos criadores amostrados recorrem a algum tipo de assistência técnica,

seja de órgão público, de cooperativa ou empresa privada. Esse comportamento em relação a entidades de apoio constituídas que, em tese, poderiam estar aglutinando os produtores e auxiliando-os técnica e gerencialmente, dá a dimensão de como são necessárias interferências do setor público no sentido de incentivá-los no aprimoramento da atividade.

Os 35 estabelecimentos também foram pesquisados no âmbito zootécnico quanto aos manejos nutricionais, técnicos e sanitários, não discutidos neste artigo, mas que permitiram inferir que a exploração se dá em sistema extensivo, sem adoção de práticas adequadas de manejos e, embora venha ganhando espaço o sistema de confinamento, a pastagem ainda é a principal fonte de alimentação do rebanho. A suplementação alimentar (sal, minerais e volumosos), importante insumo para caprinos, também não é realizada de forma adequada.

A região paulista em estudo apresenta grande semelhança com as regiões pobres do Nordeste - tradicionais na criação de caprinos - inclusive no que se refere à questão tecnológica, baixo nível de capacitação gerencial e de instrução do produtor, frágil nível de organização, oferta irregular e de baixa qualidade dos produtos e certamente custos não competitivos. Para dar sustentabilidade a essa atividade, característica de pequena produção familiar, há que se buscar ações visando a modernização do padrão tecnológico dos sistemas produtivos, o estabelecimento de uma nova relação com o mercado, busca de nichos regionais, com a diversificação de produtos e capacitação e organização dos produtores.

Embora incipientes, programas públicos de apoio à caprinocultura brasileira começam a se desenhar nos governos estaduais e municipais, ainda que pontuais e limitados quanto à profundidade e abrangência de ações. Particularmente para as condições paulistas, o sudoeste possui potencial de mercado por sua localização geográfica, infra-estrutura de pesquisa e de extensão rural e motivação dos pequenos caprinocultores, devendo ser mais bem divulgadas as políticas públicas direcionadas ao seu desenvolvimento.

Palavras-chave: caprinocultura, agricultura familiar, região sudoeste paulista.